



ATA

**121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

31 de maio de 2006
Brasília - DF

(Transcrição *Ipsis Verbis*)

1 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**
2 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
3 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**

4
5 **DATA:** 31 de maio de 2006.

6 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

7
8 **I – PRESENCAS**

9
10 **Representação do Governo**

11 MPS – Nelson Machado

12 MPS – Helmut Schwarzer

13 MPS – João Donadon

14 INSS – Benedito Adalberto Brunca

15 MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

16 MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

17
18 **Representação dos aposentados e pensionistas**

19 SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas

20 SINDNAP – Luiz Antonio Adriano da Silva

21 COBAP – Josepha Theotônia de Britto

22
23 **Representação dos trabalhadores em atividade**

24 CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

25 CONTAG – Evandro José Morello

26 FORÇA SINDICAL – Ricardo Patah

27
28 **Representação dos empregadores**

29 CNF – Jorge Higashino

30 CNC – José Idemar Ribeiro

31
32 **Convidados:**

33 MPS/Dataprev – Rodrigo Novais Coutinho

34 MPS/INSS – Lúlio Descartes Silva Azevedo

35 ACS/MPS – Alessandra Pires

36 ACS/MPS – Pedro Rocha

37 Ouvidoria-Geral/MPS – Antonio Sávio Nastureles

38 Força Sindical – Luiz Fernando Emediato

39 Folha Online – Patrícia Gomes

40 Valor Econômico – Alex Ribeiro

41 Radiobrás – Keite Camacho

42 Correio Braziliense – Marcelo Tokarski

43 TV Educativa – Ricardo Rocha

44 TV Educativa – Hildo Rocha de Souza

45 ABBC – Renato Oliva

46 OIT – Laís Abramo

47
48 **Ausências:**

49 MPS – Carlos Eduardo Gabas

50 MPS – Adacir Reis

51 MPS – Valdir Moysés Simão

52 SRP – Adélia Martins da Matta

53 MF – Manoel Joaquim de Carvalho Filho

54 MP – Guilherme Costa Delgado

55 COBAP – Josias Oliveira Melo

56 COBAP – Luiz Adalberto da Silva
57 CGT – Carlos Alberto dos Reis
58 SDS – Wagner José de Souza
59 CONTAG – Alessandra da Costa Lunas
60 CNI – Aurélio Marcio Nogueira
61 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski
62 CNA – Rodolfo Tavares
63 CNT – Danielle Strohmeier Gomes

64
65

66 **II – ABERTURA**

67

68 Presidindo a Mesa, o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson
69 Machado, abriu a reunião, saudando os Srs. Conselheiros. Concedeu a palavra à
70 Conselheira Josepha Theotônia, que enfatizou que o tema referente ao represamento
71 de benefícios por espécie, que seria apresentado pelo Conselheiro Benedito Brunca,
72 fora previsto em Outros Assuntos, mas provavelmente não seria tratado devido a
73 problema de horário e indagou por que não constava da pauta da reunião a notícia de
74 que seriam definidos os juros do empréstimo consignado. O Sr. Presidente explicou
75 que pretendia abordar o assunto referente às taxas de juros do crédito consignado
76 imediatamente e que depois que o tema fosse discutido a presidência da reunião seria
77 transferida para o Secretário Helmut Schwarzer. Informou aos Conselheiros que os
78 representantes dos aposentados e das centrais sindicais apresentaram-lhe
79 reclamação sobre as elevadas taxas de juros que estavam sendo praticadas no crédito
80 consignado, razão por que S. Ex^a solicitara uma análise dessas taxas. Posteriormente,
81 reuniu-se com a Febraban e a Associação Brasileira de Bancos para discutir a
82 possibilidade de fixação de um teto para as taxas de juros, o que não foi aceito pelas
83 representações dos bancos, que acenaram com a proposta de criação de um comitê
84 de auto-regulação em reunião realizada ontem, quando foi decidido que o assunto
85 seria apresentado e discutido no CNPS. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou
86 estudo a respeito das taxas de juros com base nas informações que constavam da
87 página da Previdência Social no dia 18 de maio, chamando a atenção para o fato de
88 que, dos 40 bancos que operavam o crédito consignado no âmbito do INSS, apenas
89 três detinham praticamente 50% do mercado: BMG, Caixa Econômica Federal e
90 Banco do Brasil, os quais apresentavam também as menores taxas de juros, tomando-
91 se como base a taxa correspondente ao prazo de 36 meses, que abrangeria a maioria
92 dos contratos. Conforme a tabela apresentada, a taxa do Banco do Brasil era de 2,7%,
93 a da Caixa Econômica Federal, de 2,8% e a do BMG era de 2,95%, porém essas
94 taxas podiam chegar a quase 4% ao mês. Tal dispersão das taxas de juros causava
95 preocupação ao Ministério da Previdência Social, pois, apesar da grande quantidade
96 de bancos que operavam o crédito consignado, a concorrência entre eles não estava
97 fazendo com que as taxas de juros baixassem. Na avaliação do Ministério, essa
98 dispersão ocorreria devido à diferença de custos dos bancos e porque haveria um
99 déficit de informação entre os tomadores de crédito. Notou-se ainda que o terceiro, o
100 quarto e o quinto maiores bancos operavam com taxas de juros mais ou menos
101 uniformes, sem importar o prazo dos contratos. Em outra tabela, o Sr. Presidente
102 mostrou que, nos contratos de 12 meses, os bancos que ofereciam as melhores taxas
103 de juros eram o HSBC, o Banco IBI, o Banco do Brasil, o Bannrisul e a Caixa
104 Econômica Federal; em 18 meses, o HSBC, o Banco do Brasil e o Banco IBI; em 24
105 meses seriam o Banco do Brasil, o Bannrisul e a Caixa Econômica Federal; e em 36
106 meses, o HSBC, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Apurou-se também
107 que as instituições bancárias que vinham operando com as maiores taxas de juros
108 seriam o Banco Máxima e a Sul Financeira, com 3,9%. Em contratos com prazo de 12
109 meses, o Banco Daycoval cobrava 4,4%, o que corresponderia a uma taxa de 67% ao
110 ano, e nos contratos de 24 meses as taxas em torno de 4%, 3,9%, 3,85% se repetiam.

111 Fora constatado o déficit de informação por parte dos segurados da Previdência Social
112 e que, por ser o Brasil um país continental e a página da Internet não ser acessada por
113 todos, um conjunto de aposentados e pensionistas pagava sobrepreço. Daí a intenção
114 do Ministério de fixar um teto. O Conselheiro Jorge Higashino confirmou a realização
115 de duas reuniões entre o Ministro da Previdência Social, o Ministro do Trabalho e 16
116 banqueiros, dos quais oito da Febraban e oito da ABBC, acrescentando que o
117 posicionamento dos bancos desde a primeira reunião fora no sentido de constituir o
118 comitê de ética e auto-regulação exclusivamente voltado para a regulação e o controle
119 do funcionamento do sistema financeiro em relação ao crédito consignado do INSS. O
120 objetivo precípua de tal comitê seria a defesa da transparência das operações e a
121 segurança dos beneficiários do INSS, clientes do sistema de crédito consignado, de
122 modo que eles pudessem avaliar as operações e as condições do empréstimo
123 oferecido por cada banco, o que permitiria a escolha da instituição financeira que
124 oferecesse melhores condições em relação às taxas de juros e à quantidade de
125 parcelas da operação bancária. Com essa regulação, o comitê proposto poderia
126 trabalhar com base na taxa média apurada, visando a convergência e fazendo com
127 que as taxas de aproximassem da média, o que proporcionaria a concorrência.
128 Lembrou que grande parte dos bancos pagadores de benefícios ainda não participava
129 das operações de crédito consignado devido à falta de entendimento com o INSS e a
130 Dataprev em termos de contrato para prever a modalidade de retenção. Enfatizou que
131 com o comitê de auto-regulação e um controle rígido somados àquele exercido pela
132 Ouvidoria do INSS, onde se apuravam todos os casos de excessos cometidos pelos
133 bancos, seria possível aplicar penalidades que seriam definidas na sua assembléia.
134 Aduziu que, com a liberação da minuta do contrato por parte do INSS e a negociação
135 firme de seus termos, seria disponibilizado para todo o sistema o contrato com a
136 modalidade de retenção, o que permitiria uma maior participação e acarretaria
137 concorrência e competitividade, favorecendo a queda das taxas de juros e a
138 contratação de um número maior de operações. O Sr. Presidente propôs que o comitê
139 permanente das entidades do sistema financeiro, que seria criado para analisar
140 mensalmente o mercado de consignados do INSS, estudando taxas, prazos,
141 propaganda, volume e condições de operação, também pedisse explicações aos seus
142 associados sobre as disfunções que eventualmente ocorressem, fizesse relatórios e
143 apurasse fatos relevantes de descumprimento de normas da Previdência Social,
144 comunicando-os ao INSS, para que houvesse, conseqüentemente, a punição, de
145 acordo com a previsão normativa. Entretanto, como esse comitê ainda demoraria
146 muito para fazer as taxas se afunilarem, o Governo proporia ao CNPS a definição de
147 um teto, o que teria efeito imediato sobre as taxas de juros. O Conselheiro Ricardo
148 Patah expressou o apoio da Força Sindical à proposta do Sr. Presidente, aditando que
149 a possibilidade de acesso ao crédito permitiria o crescimento do País e a distribuição
150 de renda. Solicitou, no entanto, que o Governo, em especial o Ministério da
151 Previdência Social, depois de acertadas aquelas questões, promovesse uma grande
152 campanha de publicidade, independente das campanhas da área sindical e bancária,
153 no sentido de conscientizar a todos que pretendessem utilizar o crédito consignado,
154 para que houvesse transparência e tranqüilidade em tais operações. O Conselheiro
155 Evandro Morello concordou com o encaminhamento do Sr. Presidente quanto à
156 necessidade de criação de um comitê permanente de auto-regulação das instituições
157 bancárias, apesar de já existir um mecanismo vinculado ao INSS para o registro das
158 reclamações, uma vez que tal instrumento permitiria uma ação mais eficaz por parte
159 do próprio sistema bancário para resolver as reclamações que vinham surgindo.
160 Informou ao Conselho que recebera denúncias referentes a alguns bancos que vinham
161 adotando políticas agressivas para conceder empréstimos, inclusive visitas à casa dos
162 segurados, o que serviria como causa para aquelas pessoas alegarem que foram
163 ludibriadas. Referendou a sugestão do Conselheiro Ricardo Patah, informando que as
164 lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais cobravam uma campanha
165 esclarecedora sobre a situação do crédito consignado, com abrangência maciça.

166 Lembrou que logo que se começou a discutir a respeito do crédito consignado houve a
167 proposta de que ele fosse operado pelos bancos pagadores de benefícios, mas
168 depois, sob o argumento de que tal operação deveria ser aberta para o mercado, pois
169 a concorrência reduziria as taxas de juros, permitiu-se que todos os bancos e agentes
170 financeiros participassem. Sugeriu que se avaliasse o comportamento das taxas de
171 juros com o passar do tempo, para que, dependendo da forma como a situação fosse
172 conduzida, se retomasse a discussão sobre a manutenção do crédito consignado
173 apenas entre os bancos pagadores de benefícios. A Conselheira Josepha Theotônia
174 considerou que o Ministério da Previdência Social não agira democraticamente ao
175 excluir a Cobap das discussões que foram iniciadas. Acrescentou que a criação de um
176 comitê de auto-regulação a preocupava muito, porque os próprios bancos se
177 regulariam e aplicariam as suas punições, sem a participação do Ministério da
178 Previdência Social e do INSS, que propiciavam as condições para que o crédito
179 consignado existisse. Ressaltou que na apresentação feita pelo Sr. Presidente notara
180 que os bancos oficiais ofereciam as menores taxas de juros, portanto apenas esses
181 bancos deveriam operar o crédito consignado, uma vez que o seu desconto seria
182 garantido pelo órgão governamental. Expressou a sua rejeição quanto à participação
183 de outras instituições bancárias em tais operações, com exceção dos bancos
184 pagadores de benefícios, que prestariam serviços ao Ministério da Previdência Social
185 e ao INSS, enquanto os outros se aproveitavam, segundo a Conselheira, de uma
186 situação que fora criada. Ratificou a importância de se promover uma campanha de
187 esclarecimento a respeito do crédito consignado, por considerar que o seu público era
188 constituído de pessoas frágeis que poderiam ser iludidas. O Conselheiro Benedito
189 Brunca esclareceu que a criação de um comitê de auto-regulação por parte dos
190 bancos para estudar o crédito consignado em nada se confundia com a
191 responsabilidade e a autonomia do INSS para aplicar as penalidades previstas em
192 instruções normativas sobre as quais o CNPS teria deliberado em suas duas últimas
193 reuniões. Segundo o Conselheiro, os bancos convenceram-se de que também
194 deveriam analisar essa questão do mercado, e não depender apenas da ação do
195 INSS, que seria muito mais de caráter punitivo quando verificava as irregularidades
196 que vinham sendo praticadas. A definição de prazos para respostas depois da
197 notificação de descontos indevidos e de fraudes ocorridas não seria função do comitê
198 de auto-regulação, mas decorrência da relação com o INSS, responsável pela
199 fiscalização regular. Entretanto, o INSS isoladamente não poderia promover reuniões
200 para tratar de questões inerentes à própria instituição financeira nem regular esse
201 mercado além do que fosse estabelecido em atos normativos ou discutido no âmbito
202 do Conselho Nacional de Previdência Social. O Secretário de Previdência Social,
203 Helmut Schwarzer, explicou que a exclusão das centrais de aposentados da discussão
204 deste assunto teria ocorrido porque elas seriam filiadas às centrais sindicais mais
205 amplas que procuraram o Presidente Lula para fazer a demanda originária, solicitando
206 uma ação mais incisiva no sentido da redução das taxas de juros. Esclareceu que o
207 crédito consignado fazia parte de uma política de democratização do crédito que o
208 Governo do Presidente Lula pretendia fortalecer, tendo como base o fato de o
209 desconto em folha ser uma garantia de pagamento daqueles empréstimos para
210 pessoas que de outra forma não teriam garantias a oferecer, o que viabilizaria taxas
211 de juros significativamente mais baixas para os aposentados. Citando dados
212 apresentados pela Febraban e a ABBC, enfatizou que a taxa média anual para quem
213 tomara créditos sem consignação foi de 83%, enquanto para o crédito com
214 consignação se registrou a taxa média anual de 37%, constatando-se uma diferença
215 significativa em benefício de quem pôde utilizar essa política. Ressaltou a constatação
216 de que nos últimos meses a competição havia criado uma pressão pelo aumento das
217 taxas de juros, e não pela sua redução, ultrapassando os limites do que se
218 considerava aceitável. Lembrou que se esperava um aumento da taxa de juros, dada a
219 decisão do CNPS no sentido de extinguir a cobrança de TAC – Taxa de Abertura de
220 Crédito, mas as taxas praticadas mostraram-se efetivamente altas e a pressão pelo

221 seu aumento seria tanto maior quanto mais se exerciam as práticas de competição
222 atuais. Mencionou a forma ostensiva de abordagem por parte dos bancos conveniados
223 que teria constatado quando esteve em Sobral, na segunda-feira passada, para
224 instalar o Conselho de Previdência Social daquela Gerência Executiva, e soube que
225 do outro lado da rua onde ficava a agência daquele Município havia quiosques de
226 bancos oferecendo crédito consignado e moças de minissaia abordando os idosos que
227 esperavam os seus pagamentos na fila. Segundo o Secretário, havia situações que
228 ultrapassavam o mínimo bom senso em termos de práticas de mercado, aumentando
229 o custo operacional dos empréstimos, que seria pago pelo tomador daquele crédito,
230 por meio de uma taxa de juros mais alta. Elogiou a iniciativa da Febraban e da ABBC
231 no sentido de constituir um comitê de auto-regulação, uma vez que o Ministério da
232 Previdência Social não dispunha de estrutura suficiente nem de capacitação técnica
233 adequada e não pretendia se imiscuir nas propagandas e em algumas práticas
234 específicas do mercado de crédito. Tal contrapartida, na sua opinião, poderia ser
235 virtuosa para o aperfeiçoamento da política de crédito, complementando as demais
236 medidas propostas pelo Grupo de Trabalho Cartão de Crédito e aprovadas pelo
237 Plenário do CNPS. O Conselheiro Luiz Antonio Adriano argumentou que se a
238 Febraban se dispunha a criar um comitê de ética ou um comitê regulador seria
239 problema dela, uma vez que o Conselho pouco poderia intervir nisso. E acrescentou
240 que, se ela pretendia fazer isso agora, já seria tarde. Enfatizou que cumpria ao
241 Conselho cobrar não apenas do INSS o que vinha ocorrendo em relação ao crédito
242 consignado, uma vez que poderia deliberar sobre ações para evitar fraudes e
243 promover essa regulação. Propôs que o Conselho também ficasse vigilante em
244 relação à Selic, que estaria em descendência, para não perdê-la de vista depois de
245 fixado o teto para as taxas de juros. A Conselheira Lúcia Regina ponderou que as
246 medidas adotadas nesta reunião não excluíam o papel do Conselho de acompanhar
247 e avaliar os seus desdobramentos, portanto seria importante analisar uma proposta
248 para estabelecer o percentual do teto. O Sr. Renato Oliva, representante da ABBC,
249 cumprimentou a todos, pedindo desculpas pelo atraso sofrido pelo seu voo
250 proveniente de São Paulo. Em seguida, relatou o trabalho feito pela Febraban e a
251 ABBC no sentido de verificar as ocorrências, no qual se constatou o que os
252 economistas chamariam de seleção adversa, pela qual poucos eventos, ou bancos, no
253 caso, maculavam o produto como um todo, ressaltando que havia uma diferença muito
254 grande entre a taxa máxima que seria operada por alguns bancos em relação à taxa
255 média ponderada do total de bancos que operavam o crédito consignado, que,
256 segundo os seus cálculos, girava em torno de 3,10%. Por isso a Febraban, com a
257 concordância da ABBC, entendia que o comitê de auto-regulação serviria não apenas
258 para avaliar as situações de seleção adversa em termos de definição da taxa de juros,
259 mas também os procedimentos que os bancos estavam exercitando na
260 comercialização e na liberação de recursos, bem como na sua propaganda, tentando,
261 assim, promover uma coibição das práticas que não eram consideradas corretas.
262 Ademais, tal comitê também serviria de apoio ao INSS em relação a questões que o
263 afligiam, uma vez que os bancos seriam incitados a adotar um tratamento mais célere
264 de eventuais ocorrências, facilitando o trabalho do INSS. Acrescentou que a taxa
265 média ponderada de juros não ocorria por acaso, mas para isolar os excessos da
266 seleção adversa e remunerar a estrutura de custos com a qual os bancos deveriam
267 arcar, porque o produto teria abrangência nacional, o aposentado não seria facilmente
268 identificado e nem sempre precisaria de um valor de empréstimo muito elevado. Tudo
269 isso contribuiria para o encarecimento do custo do empréstimo, não obstante o crédito
270 consignado ser três vezes mais barato do que as outras modalidades de empréstimo
271 pessoal. Argumentou que se o teto fosse tabelado num patamar muito baixo haveria o
272 risco de não se oferecer empréstimo para o aposentado que morava longe das
273 grandes capitais, necessitava de prazo mais curto e de valores menores, pois tal
274 operação seria muito cara e os bancos não teriam uma margem de juros suficiente
275 para remunerar o seu capital. Solicitou que a fixação do teto levasse em consideração

276 os seus argumentos e a abrangência que se pretendia oferecer aos aposentados. O
277 Conselheiro Jorge Higashino esclareceu que o objetivo do comitê de ética e auto-
278 regulação, cuja criação estava sendo proposta, seria acompanhar e corrigir distorções
279 e principalmente dar o suporte necessário para o INSS nos aspectos de controle e de
280 punições, quando se deparasse com as denúncias encaminhadas por pessoas que
281 fossem fraudadas ou prejudicadas. Enfatizou a sua discordância de que a criação de
282 tal comitê fosse um absurdo, pois, segundo o Conselheiro, a Febraban sempre teve
283 um conselho de ética, desde a sua fundação, o qual atuaria fortemente. O comitê de
284 auto-regulação proposto seria criado com a atuação de duas associações, a Febraban
285 e a ABBC, com o objetivo único de acompanhar o crédito consignado. Externou o seu
286 apoio integral ao Presidente Lula quando Sua Excelência declarou que não governaria
287 através de decretos e que a livre concorrência e a competitividade do mercado
288 deveriam regular as taxas das operações bancárias, argumentando que a atuação dos
289 bancos pagadores de benefícios do INSS faria com que os juros baixassem. O
290 Conselheiro Luiz Antonio Adriano retrucou que o Conselho discutia o assunto relativo
291 ao crédito consignado há três anos, e somente no momento em que as centrais
292 sindicais pediram estudo sobre a diminuição dos juros os bancos resolveram criar o
293 comitê de auto-regulação. Quanto à existência do comitê de ética da Febraban,
294 acrescentou que não era obrigado a conhecer o funcionamento de todas as entidades.
295 O Sr. Presidente esclareceu que o comitê de auto-regulação era um organismo a ser
296 criado pelos bancos conveniados, portanto caberia à Previdência Social e ao CNPS
297 apenas aceitá-lo, parabenizando-os e esperando que tal comitê se reportasse ao
298 Conselho periodicamente para apresentar os seus estudos e os seus feitos. Em
299 seguida, encaminhou a votação no sentido de que o Conselho Nacional de
300 Previdência Social apoiasse a criação do comitê de auto-regulação das instituições
301 bancárias e aprovasse a fixação de um teto para as taxas de juros aplicadas ao crédito
302 consignado. O Conselho, por maioria, apoiou a criação do comitê permanente de auto-
303 regulação das instituições bancárias, com o voto contrário da Conselheira Josepha
304 Theotônia, que o justificou, dizendo que tal apoio apareceria na imprensa como uma
305 resolução do CNPS, e, com relação ao teto, o Conselho, também por maioria,
306 concordou com a sua fixação, com o voto contrário do Conselheiro Jorge Higashino,
307 cuja justificativa foi de que a fixação de um teto incentivaria todas as instituições
308 bancárias a aplicá-lo, o que não ocorreria se houvesse taxa flutuante, incentivando a
309 concorrência. Acrescentou que, quando houvesse uma queda nas taxas de juros, a
310 tendência seria de que os bancos parassem de conceder crédito para as operações de
311 menor valor e prazo, por representarem custo mais alto, uma vez que os custos
312 bancários seriam equivalentes para todas as operações de empréstimo, sem importar
313 os seus valores, inibindo a competição e dificultando a participação de bancos
314 menores. Passando para o ponto seguinte, o Sr. Presidente explicou que o crédito
315 consignado era considerado um bom produto para os aposentados e pensionistas,
316 porém seria necessário definir um percentual adequado como teto para as suas
317 operações, a fim de manter o produto e permitir que as taxas convergissem para baixo
318 rapidamente. Esclareceu que o percentual de 3,14% correspondia à média ponderada
319 dos empréstimos, considerando-se o prazo de 36 meses correspondente à maioria
320 esmagadora dos contratos e as taxas de 3,99% a 4% que eram utilizadas por alguns
321 bancos, porém, se ele fosse acatado, o teto seria muito alto. Sendo assim, propôs que
322 se fixasse em 2,9% o teto para os próximos dois meses. Findo esse prazo, o
323 percentual proposto poderia ser revisto pelo Conselho, que voltaria a avaliar se teria
324 havido uma convergência e se estabelecido uma competição saudável, tendo em vista
325 o cenário futuro da economia, com tendência de redução de taxas de juros. Ademais,
326 o teto de 2,9% se aplicaria para qualquer prazo e para os cartões de crédito também,
327 por serem considerados uma subespécie do crédito consignado. O Conselheiro
328 Ricardo Patah perguntou se com relação à TAC também haveria restrições ou isenção
329 total. O Sr. Presidente respondeu que, quanto à TAC, já havia uma resolução do
330 CNPS que o Ministério teria acatado, publicando portaria no sentido de que aquela

331 taxa não se aplicava ao crédito consignado, nem sob a forma de empréstimo nem sob
332 a forma de cartão de crédito. O Conselheiro Ricardo Patah explicou que se
333 equivocara, pois queria saber, em relação às operações com cartão de crédito, se
334 seria cobrada anuidade. O Sr. Presidente esclareceu que fora discutido no grupo de
335 trabalho e votado na reunião anterior do CNPS que não haveria cobrança de anuidade
336 nem aplicação de taxa e que tais restrições se explicitavam naquele momento, com a
337 criação do teto, que seria válido para tudo o que se referisse ao crédito consignado,
338 inclusive o cartão de crédito. A Conselheira Paula Bicudo, Representante do Ministério
339 da Fazenda, enfatizou que o Conselho estava definindo um teto muito próximo da
340 média, portanto poderia haver escassez de crédito. Tal medida significaria uma
341 intervenção no mercado, segundo a Conselheira. O Sr. Renato Oliva, Representante
342 da ABBC, manifestou a sua concordância com a Conselheira Paula Bicudo, ao
343 explicar que a TAC servia para pagar alguns custos fixos que pesavam muito em
344 empréstimos de valores considerados baixos, lembrando que a média das operações
345 de empréstimos para aposentados era de mil reais e que a quantidade de operações
346 abaixo desse valor era muito grande, com abrangência nacional. Portanto havia o risco
347 de as instituições bancárias se tornarem incapazes de oferecer o crédito para quem
348 mais precisava dele, que seria o aposentado que ganhava menos e morava longe das
349 capitais e dos grandes centros. O Conselheiro Benedito Brunca explicou que as
350 resoluções do CNPS eram publicadas no Diário Oficial pelo Ministério da Previdência
351 Social e, posteriormente, o INSS editava instruções normativas para fixar parâmetros e
352 vincular o cumprimento de tais decisões. Porém, se o Conselho fixasse o percentual
353 proposto como teto para as taxas de juros a serem praticadas pelos bancos
354 conveniados, definindo que ele seria revisto daqui a dois meses e não voltasse a
355 deliberar, na prática, tal definição se tornaria inválida ao final daquele prazo. O
356 Conselheiro Evandro Morello manifestou o seu apoio à fixação do percentual de 2,9%
357 como teto para as operações de crédito consignado, rebatendo o argumento do Sr.
358 Renato Oliva com o exemplo da campanha que um banco estaria realizando no
359 interior de Rondônia, por meio da qual visitava a casa dos segurados do INSS para
360 vender o seu produto de empréstimo consignado. Se esse banco podia se deslocar
361 para o interior de Rondônia e fazer tal oferta à taxa de 2,68%, ainda haveria ganho
362 para ele. Portanto o percentual de 2,9% não significaria um teto baixo para as
363 operações de crédito consignado. O Conselheiro Jorge Higashino ponderou que com a
364 fixação do teto decorreriam dois resultados: todos os bancos poderiam trabalhar com o
365 percentual definido como teto e haveria a tendência de liquidação de operações feitas
366 com taxas maiores, inviabilizando os bancos que tivessem custos mais altos. O Sr.
367 Presidente esclareceu que o teto aprovado pelo CNPS seria válido para as operações
368 que se realizassem depois desta reunião, portanto não havia a pretensão de ferir o
369 que já fora contratado, e que, em relação aos contratos antigos, cada um resolveria o
370 seu problema conforme as cláusulas constantes de cada contrato. Acrescentou que,
371 se o Conselho concordasse em fixar o teto de 2,9%, o INSS faria as suas portarias
372 nesse sentido até que houvesse uma nova deliberação e que a proposta subsidiária
373 era de que o Conselho se comprometia a analisar o comportamento do mercado no
374 prazo de dois meses a contar da sua resolução. Em seguida, submeteu a proposta à
375 votação, a qual foi aprovada por maioria, com o voto discordante do Conselheiro Jorge
376 Higashino. Agradecendo a participação de todos, pediu licença para se retirar,
377 passando a presidência dos trabalhos para o Sr. Helmut Schwarzer.

378

379

380

381

382 **III – EXPEDIENTE**

383

384 O Sr. Presidente, Ministro Nelson Machado, submeteu à votação a Ata da 120ª
385 Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade.

386 **IV – INFORMES**

387

388 O Sr. Presidente informou ao Conselho que esteve, há duas semanas, no Chile e na
389 Argentina para discutir o encaminhamento de reformas do sistema previdenciário
390 daqueles países, o que detalharia na próxima reunião. Antecipou que eles estariam
391 prevendo uma reforma, pois o modelo chileno, considerado o paradigma dos
392 neoliberais, estava se mostrando insuficiente e o novo paradigma a ser adotado por
393 tais países seria o modelo brasileiro, que não privatizara o seu sistema previdenciário.
394 Quanto à instalação de Conselhos de Previdência Social, informou que esteve, na
395 segunda-feira passada, no Município de Sobral para realizar a instalação do seu
396 Conselho, concluindo, assim, as instalações de Conselhos de Previdência Social do
397 Estado do Ceará. Comunicou que ainda faltava instalar os Conselhos de Caruaru,
398 Garanhuns, Vitória da Conquista, Imperatriz, Uruguaiana, Pelotas, Volta Redonda e
399 Teófilo Otoni. Acrescentou que a Sr^a Teresa Ouro, que passara a fazer parte da
400 equipe do Conselho Nacional de Previdência Social, entre outras atribuições,
401 acompanharia de perto o bom funcionamento dos Conselhos junto às Gerências
402 Executivas e que alguns deles enfrentavam dificuldades e precariedade de
403 funcionamento. Solicitou aos Conselheiros que fizessem indicações para os
404 Conselhos que ainda não estavam formados.

405

406

407 **V – ORDEM DO DIA**

408

409 1 – Apresentação das Propostas do GT Cartão de Crédito

410

411 O Sr. Presidente informou que o GT Cartão de Crédito se reuniu na semana passada,
412 quando ouviu o relato do Representante da Dataprev, no sentido de que não haveria
413 restrições tecnológicas para a retomada de operações com cartões de crédito,
414 portanto o Conselho poderia liberar a emissão de novos cartões de crédito, lembrando
415 que os bancos conveniados deveriam agilizar a realização dos seus testes e os
416 bancos não conveniados poderiam solicitar o seu credenciamento junto à Previdência
417 Social. O Conselheiro Benedito Brunca solicitou que a partir da decisão do CNPS
418 fosse fixado o prazo de trinta dias para o INSS ativar a operação com cartão de
419 crédito, de modo a esclarecer para as instituições bancárias conveniadas que essa
420 operação, depois de reaberta, não seria restrita às duas instituições que já estavam
421 operando e ao Banco Real, que era o único banco que se encontrava cadastrado. Se
422 não houvesse manifestações no prazo de 30 dias, o mercado seria reaberto para
423 novas transações e se regularia normalmente. O Sr. Presidente explicou que o grupo
424 de trabalho resolvera deixar que se expirasse normalmente a validade da resolução
425 que fora aprovada em 15 de fevereiro pelo CNPS, estabelecendo o prazo de 120 dias,
426 que se esgotaria no dia 15 de junho. Porém, a fim de permitir uma certa flexibilidade e
427 para que a instrução normativa fosse emitida, de modo que os bancos pudessem
428 concluir os seus testes, não haveria óbice, de sua parte, em conceder o prazo de trinta
429 dias a partir desta reunião. Submetendo as conclusões do GT Cartão de Crédito à
430 votação dos Conselheiros, indagou se, dada a justificativa técnica apresentada pelo
431 Conselheiro Benedito Brunca, poderia ser inserida aquela recomendação no texto da
432 resolução, o que foi aprovado por unanimidade.

433

434 2 – Apresentação sobre a Agenda Nacional e a Agenda Hemisférica do Trabalho
435 Decente

436

437 Pedindo desculpas pelo atraso, o Sr. Presidente deu as boas-vindas a Sr^a Laís
438 Abramo, Diretora do Escritório da OIT em Brasília, autoridade máxima da OIT no
439 Brasil. Informou aos Conselheiros que a Organização Internacional do Trabalho,
440 fundada em 1919, era a instituição das Nações Unidas que cuidava das

441 recomendações, normas e convenções relativas ao mundo do trabalho, bem como das
442 questões de proteção social aos trabalhadores, que também se estendia à previdência
443 e à seguridade social. A OIT vinha acentuando, ao longo dos últimos anos, o conceito
444 de trabalho decente, inovação que teria inspirado a criação de um conjunto de
445 compromissos por parte de Estados nacionais sob a forma de agendas de condução
446 do trabalho decente. E o Brasil também teria a sua agenda de trabalho decente,
447 realçada pela relação pessoal entre o Presidente Lula e Juan Somavia, Diretor-Geral
448 da Organização Internacional do Trabalho. Portanto, a Presidência do Conselho
449 Nacional de Seguridade Social julgara adequado convidar a Sr^a Laís Abramo, Diretora
450 do Escritório da OIT em Brasília, para agradecer-lhe a parceria e o papel importante
451 que aquela instituição desempenhava no Brasil para o fortalecimento da produção
452 social e solicitar-lhe a apresentação do trabalho feito pela OIT em relação à agenda de
453 trabalho decente, informação considerada importante para o CNPS. Como Secretário
454 de Políticas de Previdência Social, o Sr. Presidente externou a sua convicção de que a
455 agenda do trabalho decente fornecia uma série de elementos para o desenho de uma
456 política de formação e de inclusão social, além de permitir que o País lidasse melhor
457 com os desafios que a realidade social e do mercado de trabalho brasileiro e latino-
458 americano impunham para o seu sistema de produção social. A Sr^a Laís Abramo
459 agradeceu as palavras de introdução do Sr. Presidente e o convite para participar
460 desta reunião do CNPS, a fim de conversar sobre o tema enunciado. Informou que,
461 nos últimos sete anos, a OIT vinha trabalhando com o conceito de trabalho decente,
462 baseado no fato de que, para que as pessoas tivessem acesso a uma vida digna e à
463 cidadania, não bastava ter qualquer tipo de emprego ou ocupação. Seria necessário
464 que tal emprego cumprisse certas condições mínimas em termos de remuneração,
465 direitos do trabalho, proteção social, condições de trabalho, etc. Referiu-se à pesquisa
466 denominada Latimbarômetro, que se realizava todo ano em países da América Latina,
467 por meio da qual se deu ciência de que em quinze dos dezoito países pesquisados
468 normalmente o desemprego era citado como o problema principal e que 75% dos
469 trabalhadores entrevistados manifestaram a sua preocupação em perder o emprego
470 nos próximos doze meses. Apesar da introdução por parte da OIT do conceito de
471 trabalho decente nos últimos sete anos, somente há três anos ele passou a fazer parte
472 da preocupação de importantes lideranças do hemisfério relativo às Américas:
473 América Latina, Caribe e América do Norte. Em quatro reuniões realizadas no ano
474 passado – a Assembléia-Geral da ONU, em setembro de 2005, a XIV Conferência
475 Interamericana de Ministros do Trabalho, realizada na Cidade do México, a Cúpula
476 Ibero-Americana de Salamanca e a IV Cúpula das Américas, realizada em novembro,
477 em Mar Del Plata, na Argentina –, todos os Estados presentes definiram o trabalho
478 decente como uma prioridade, considerando-o como elemento central das estratégias
479 de combate à pobreza e à desigualdade social, de desenvolvimento e de garantia da
480 governabilidade democrática. Nesse sentido, complementou-se a Declaração do
481 Milênio, aprovada pela ONU no ano 2000, que enfatiza a redução da pobreza, mas
482 não faz referência clara aos temas relativos ao emprego, à proteção social e à
483 seguridade social. Mais recentemente, no período de 2 a 5 de maio, foi realizada em
484 Brasília a XVI Reunião Regional Americana da OIT, de caráter tripartite, da qual fazem
485 parte representantes de governo, organizações de trabalhadores e organizações de
486 empregadores. Reuniram-se em Brasília 23 países para os quais o Diretor-Geral da
487 OIT apresentou a proposta de uma Agenda Hemisférica para o trabalho decente, que
488 foi aprovada pelos delegados tripartes, os quais decidiram inaugurar o que chamaram
489 de uma década de promoção do trabalho decente nas Américas. A Agenda
490 Hemisférica abrange o período de 2006 a 2015 e se propõe a guiar as estratégias de
491 desenvolvimento dos países da região. O trabalho decente pressupõe quatro pilares
492 básicos: a criação de mais e melhores empregos; o respeito aos direitos dos
493 trabalhadores; a ampliação da proteção social; e o processo de diálogo social. A
494 agenda apresentada pela OIT na Reunião Regional não teve como objetivo servir de
495 receita, mas inspirar a elaboração de programas nacionais de trabalho decente nos

496 países participantes, incorporando, na medida do possível, mecanismos tripartites de
497 acompanhamento, como se verifica na composição do Conselho Nacional de
498 Previdência Social. Se se analisarem, por exemplo, as informações do último
499 Panorama Laboral, relatório anual da OIT sobre a situação do mercado de trabalho na
500 América Latina, será constada diminuição na taxa de desemprego, aumento dos
501 salários reais, diminuição da informalidade e aumento da proteção social em um
502 número expressivo de países, mas tudo isso não seria suficiente para reduzir o que a
503 OIT denominou de grande déficit de trabalho decente que se acumulou na região nas
504 duas últimas décadas. Segundo dados da OIT, a taxa média de desemprego seria de
505 9,6% na região; haveria uma elevada participação do setor informal, que responderia
506 por quase 50% do emprego não agrícola, e uma baixa cobertura de proteção social,
507 considerada como uma das características mais preocupantes da situação do
508 mercado de trabalho, uma vez que apenas cinco de cada dez assalariados contariam
509 com algum tipo de proteção social. O grande déficit de emprego formal atingiria 126
510 milhões de pessoas, que corresponderiam a 53% da população economicamente ativa
511 da América Latina, distribuídas da seguinte forma: 23 milhões de pessoas estariam
512 desempregadas e 103 milhões de pessoas, na informalidade. Ademais, a
513 produtividade do trabalho seria muito baixa e o seu ritmo de crescimento, muito lento.
514 Nos últimos quinze anos na América Latina, a produtividade foi de 0,2%, percentual
515 considerado muito baixo se comparado a outras regiões do mundo. A falta de trabalho
516 decente seria traduzida em alta exclusão social e em altos níveis de pobreza e de
517 desigualdade social. O número de pobres na América Latina superaria 210 milhões de
518 pessoas, das quais 90 milhões seriam indigentes. Além disso, os 10% mais ricos
519 captariam um terço da renda total, enquanto os mais pobres, menos de 2%. Com base
520 nessas constatações e na necessidade de se gerar trabalho decente, definiram-se os
521 cinco principais desafios: primeiro, o crescimento econômico, que, segundo cálculos
522 da OIT, teria que ser de pelo menos 5,5% ao ano, em média, na América Latina,
523 simplesmente para que não se elevasse o déficit de trabalho formal apurado; segundo,
524 a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, previstos nas
525 convenções da OIT, que teria constatado uma distância entre o seu grau de
526 ratificação, considerado alto, e o baixo cumprimento de suas recomendações,
527 apontando como exemplos de grave desrespeito a tais direitos o trabalho infantil, o
528 trabalho escravo e a discriminação no trabalho; terceiro, a geração de confiança na
529 democracia e no diálogo social, promovendo a democracia no âmbito geral, setorial e
530 nas empresas através da negociação coletiva; quarto, a ampliação e o fortalecimento
531 da proteção social dos trabalhadores, constatando que na América Latina haveria uma
532 baixa cobertura tanto em termos de número de trabalhadores como dos riscos
533 cobertos, o que vinha sendo agravado pelos processos de precarização e
534 informalização do emprego nos últimos quinze anos; e o quinto seria a promoção da
535 inclusão social no mercado de trabalho e através do mercado de trabalho para reduzir
536 as desigualdades, inclusive a discriminação. A Agenda Hemisférica do Trabalho
537 Decente teria a pretensão de cobrir o período de 2006 a 2015, pois esses problemas
538 não se resolveriam em dois ou três anos. E o ano de 2015 coincidiria com o prazo
539 previsto para as Metas do Milênio. Em relação à proteção social, o objetivo seria
540 ampliar e fortalecer os seus diferentes esquemas destinados aos trabalhadores, para
541 que no prazo de dez anos fosse ampliada a cobertura social em 20% por meio de
542 metas exequíveis, uma vez que existiria na América Latina uma elevada informalidade
543 que limitava o desenvolvimento de esquemas tradicionais de proteção social, como,
544 por exemplo, a Previdência Social contributiva. Além disso, as características próprias
545 do sistema de proteção social na América Latina seriam baseadas em esquemas
546 regressivos e em problemas de gestão, tais como baixa regulação, alto índice de
547 evasão e baixa qualidade dos serviços de atendimento. Portanto seria necessário
548 desenvolver iniciativas criativas que fossem, ao mesmo tempo, prudentes do ponto de
549 vista fiscal e com prioridades claramente definidas tanto no que se refere à população
550 a ser atendida, com base na sua situação demográfica e nas características do

551 sistema produtivo do mercado de trabalho, quanto aos riscos a serem cobertos. E
552 foram definidas algumas políticas prioritárias, tais como: a ampliação da cobertura em
553 termos de grupos, metas e riscos prioritários, com a atenção voltada aos grupos mais
554 desprotegidos e vulneráveis, particularmente os trabalhadores da economia informal
555 do setor rural, as mulheres, que em muitos casos estariam mais desprotegidas do que
556 os homens por se concentrarem em segmentos mais precários e vulneráveis do
557 mercado de trabalho, e a população afrodescendente; a promoção da integração de
558 políticas de proteção social e de mercado de trabalho, entendendo-se como políticas
559 de proteção social aquelas atinentes à Previdência e aos riscos de saúde e por
560 políticas do mercado de trabalho as relativas à intermediação da mão-de-obra, de
561 formação profissional e de estímulo ao empreendedorismo e à microempresa,
562 combinando as duas formas, com base na constatação de que muitas vezes
563 programas importantes se encontravam desarticulados, citando como exemplo o PETI
564 e a Jornada Ampliada, que não teriam relação com políticas de qualificação
565 profissional ou de aumento da escolarização; priorização de um conjunto selecionado
566 de políticas segundo a realidade demográfica e sociolaboral dos países, conforme a
567 sua classificação em países de renda média alta e de renda baixa, sendo que nesses
568 últimos haveria uma ênfase na cobertura de saúde e nos países de renda média alta
569 seriam priorizados os programas relativos ao mercado de trabalho, como seguro-
570 desemprego, programas de geração de empregos de emergência e serviços de
571 emprego, abrangendo intermediação, formação profissional, etc. E em todos os países
572 aconselhava-se a criação e o fortalecimento de políticas de transferência de renda
573 condicionada, como no caso do Bolsa-Família, como parte de um esquema mais geral
574 de proteção social, devido aos seus efeitos considerados importantes, como o
575 combate ao trabalho infantil. Outra política seria voltada à identificação de elementos
576 de proteção social mais eficientes em termos de custos, levando em conta a
577 heterogeneidade do mercado de trabalho e a estrutura demográfica, considerados três
578 grupos de trabalhadores: os coletivos totalmente marginalizados da formalidade, para
579 quem os instrumentos mais efetivos seriam os programas não-contributivos
580 assistenciais; os coletivos totalmente formais, com o fortalecimento da Previdência
581 Social contributiva; e os coletivos que oscilavam entre a formalidade e a informalidade,
582 tendência que seria cada vez mais constante nos países da América Latina, para os
583 quais se fortaleceriam os esquemas semicontributivos com incentivos adequados e
584 subsídios à formalização e à contribuição. Considerava-se também como política
585 importante o fortalecimento institucional e a otimização da gestão, por meio de um
586 olhar interno para os sistemas, analisando questões como a melhora da arrecadação e
587 a redução da evasão das contribuições devidas, mediante reformas administrativas
588 quando fosse necessário e a melhoria da informação ao segurado, citando, no caso do
589 Brasil, o programa de educação previdenciária e a melhoria da qualidade dos serviços
590 de atendimento. Outra idéia seria limitar a intervenção política discricionária nos
591 programas, partindo do pressuposto de que todos eles atenderiam realmente aos
592 interesses da população, e não a interesses outros. A Agenda Hemisférica seria
593 dividida ainda em políticas gerais e políticas específicas, entre as quais se destacava a
594 de igualdade de gênero e não-discriminação. Através das políticas se definiam em
595 cada país os programas nacionais de trabalho decente. A Reunião Regional aceitou a
596 idéia de se avançar na definição de programas nacionais de trabalho decente com
597 base na análise da situação de cada país em termos de déficit de postos de trabalho
598 considerados decentes e da sugestão de propostas para a sua recuperação. No Brasil,
599 tal compromisso fora assumido entre o Presidente Lula e o Diretor-Geral da OIT desde
600 2003, quando fora assinado um *Memorandum* de Entendimento no sentido de se
601 definir uma Agenda Nacional do Trabalho Decente, que foi muito discutida entre a OIT
602 e um grupo de trabalho interministerial dirigido pelo Ministério do Trabalho, do qual
603 participou o Ministério da Previdência Social, a Secretaria da Mulher, a CEPIS, o
604 Ministério do Desenvolvimento Social e outros Ministérios que tinham relação com
605 temas referentes ao trabalho. Essa Agenda Nacional foi submetida à consulta numa

606 reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e
607 lançada na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
608 Embora não chegue ao nível de detalhamento da Agenda Hemisférica e ainda não se
609 constitua em um programa nacional de trabalho decente, a Agenda Nacional definiu
610 três prioridades: gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e
611 de tratamento; erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, em especial nas suas
612 piores formas; e fortalecer os atores tripartites no diálogo social. Em relação à primeira
613 prioridade, os resultados esperados seriam uma política nacional de empregos
614 elaborada e implementada em processo de diálogo com interlocutores sociais e metas
615 de criação de empregos produtivos de qualidade incorporadas efetivamente nas
616 estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social. Foram definidas
617 algumas linhas de ação com esse objetivo, entre elas o fortalecimento do sistema
618 público de emprego, trabalho e renda como agente de integração das políticas ativas e
619 passivas do mercado de trabalho; a recuperação e valorização do salário mínimo
620 como instrumento de política salarial e de melhoria da distribuição de renda, a qual
621 também faria parte da Agenda Hemisférica; o aperfeiçoamento dos programas de
622 transferência de renda condicionada e a sua articulação com as políticas de geração
623 de emprego, renda e desenvolvimento econômico local, no sentido de fortalecer
624 programas como o Bolsa-Família e o PETI, vinculando-os às políticas voltadas ao
625 mercado de trabalho; a promoção da igualdade de gênero e raça, considerada como
626 elemento central da Agenda Nacional, com a melhoria do acesso ao emprego, a
627 diminuição das taxas de desemprego, a diminuição das desigualdades de rendimento
628 e da informalidade e o aumento da proteção social. E também haveria uma
629 preocupação com outros grupos discriminados, como o das pessoas que convivem
630 com o HIV/AIDS e as pessoas deficientes, em muitos casos, jovens e idosas,
631 correspondendo aos dois extremos da pirâmide etária. Na linha de ação denominada
632 extensão da proteção social foi mencionado o desenvolvimento de mecanismos de
633 extensão progressiva da proteção social para os trabalhadores da economia informal e
634 a melhoria das condições de trabalho, renda e proteção social de trabalhadores
635 domésticos, assegurando-lhes todos os direitos trabalhistas previstos na CLT. Em
636 relação aos trabalhadores domésticos foi solicitada atenção especial, pois estariam
637 envolvidos nessa categoria quase 20% de toda a população feminina ocupada no
638 Brasil, correspondendo a algo em torno de seis milhões de pessoas, das quais 95%
639 seriam mulheres sem os mesmos direitos do conjunto da força de trabalho
640 assalariado, uma vez que dois terços delas não teriam carteira de trabalho assinada.
641 Foram citados também os trabalhadores migrantes, cujo total vinha aumentando no
642 Brasil, e a ratificação da Convenção nº 102 da OIT, sobre seguridade social e normas
643 mínimas. O Brasil figuraria como um bom exemplo na maior parte dos temas
644 elencados e um dos poucos países que teriam uma política nacional de segurança e
645 saúde do trabalhador, a qual deverá ser fortalecida e implementada efetivamente,
646 além de se promover a identificação de mecanismos voltados para a garantia de um
647 ambiente de trabalho seguro e saudável. A segunda prioridade se referia ao trabalho
648 escravo e ao trabalho infantil, sendo o primeiro considerado a antítese do trabalho
649 decente e o segundo, um atentado aos direitos das crianças, influenciando na maneira
650 pela qual, depois de adultas, elas serão inseridas no mercado de trabalho. A terceira
651 prioridade seria o fortalecimento dos atores tripartite e do diálogo social, que teria
652 como resultados esperados a consolidação dos mecanismos de diálogo social e a
653 capacitação dos constituintes tripartites para participar ativamente e interferir na
654 definição de políticas nacionais de fomento ao emprego e ao trabalho decente,
655 destacando-se como atores fundamentais no mundo do trabalho as representações de
656 empregadores e trabalhadores que deveriam ser consultadas e ouvidas, de modo a
657 garantir uma participação qualificada nessa discussão. Uma das linhas de ação
658 previstas seria o fortalecimento dos mecanismos de diálogo social, entre eles o Fórum
659 Nacional do Trabalho e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,
660 além do apoio às instâncias de diálogo social existentes no âmbito do Ministério do

661 Trabalho e Emprego, com atenção especial à Comissão Quadripartite de
662 Fortalecimento do Salário Mínimo, considerado como política fundamental, à
663 Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e
664 Raça no Trabalho, considerada um mecanismo de discussão de políticas relativas às
665 mulheres e aos negros, à Comissão Tripartite Paritária Permanente de Saúde e
666 Segurança do Trabalho e ao Conselho Nacional de Migração. Mencionou-se ainda o
667 apoio ao Conselho Nacional de Economia Solidária, recém-criado, como forma de
668 promover a integração de trabalhadores da economia informal às instâncias e
669 processos de diálogo social e o fortalecimento do Conselho Nacional de Previdência
670 Social e outros órgãos colegiados de discussão de políticas públicas que teriam uma
671 função central na formulação e no controle de tais políticas. O Sr. Presidente
672 agradeceu a exposição da Sr^a Laís Abramo, acrescentando que o CNPS fora citado na
673 Agenda Nacional do Trabalho Decente visando o reconhecimento da sua importância
674 na formulação de políticas de proteção social vinculadas ao mundo do trabalho, e
675 concedeu, em seguida, a palavra aos Conselheiros inscritos. O Conselheiro Evandro
676 Morello parabenizou a Sr^a Laís Abramo pela sua apresentação e pela abordagem de
677 uma questão que considerava crucial: a proteção social para o contingente de pessoas
678 excluídas. Mencionou que a Previdência Social daria cobertura atualmente a algo em
679 torno de 63% da população economicamente ativa, enquanto um percentual altíssimo,
680 correspondente a cerca de 37 milhões de trabalhadores, se encontrava na situação de
681 exclusão, portanto seria um grande desafio pensar no que poderia ser feito em prol
682 desse público e da sua perspectiva de futuro, acrescentando que, tendo em vista as
683 taxas de crescimento econômico da América Latina e do Brasil, seria difícil imaginar o
684 processo de inclusão apenas pelo mecanismo de geração de emprego. Enfatizou a
685 necessidade de se discutirem com mais afinco instrumentos que associados ao
686 sistema securitário poderiam garantir de fato a inclusão social, uma vez que as
687 reformas realizadas nos últimos anos consideravam o acesso à Previdência Social
688 através do mecanismo de contribuição, com exceção da área rural, devido aos
689 resultados significativos para a Previdência Social e para a política de proteção social
690 do Brasil. Citou a Emenda Constitucional nº 45, em tramitação no Congresso, como
691 um passo concreto no sentido de se criarem outros mecanismos de inclusão social,
692 pois tal dispositivo permitiria a redução da alíquota para benefícios no valor de até um
693 salário mínimo. Ressaltou a importância de se unificarem as políticas de assistência e
694 de previdência social, a fim de abranger a parcela excluída da população,
695 acrescentando que, na área rural, se se considerassem exclusivamente os
696 assalariados, havia estudos mostrando que quase 70% dos trabalhadores se
697 encontravam desprotegidos tanto em termos de reconhecimento dos seus direitos
698 trabalhistas quanto dos direitos previdenciários. O Conselheiro Jorge Higashino
699 solicitou à Sr^a Laís Abramo o material referente à sua apresentação, com o intuito de
700 distribuí-lo a todos os bancos e instituições financeiras, que poderiam trabalhar com
701 base nas propostas apresentadas pela OIT, concordando com o Conselheiro Evandro
702 Morello no sentido de providenciarem políticas públicas visando a proteção
703 previdenciária, principalmente através da criação de fundos de previdência para todos
704 os trabalhadores da área rural, que assim poderiam desfrutar futuramente de uma
705 aposentadoria e de assistência médico-hospitalar. A Sr^a Laís Abramo agradeceu os
706 comentários dos Srs. Conselheiros, informando que quando se discutiu a formulação
707 da Agenda Nacional de Trabalho Decente constatou-se a existência de diversos
708 organismos de caráter tripartite ou quadripartite no Brasil que vinham discutindo sobre
709 áreas importantes da agenda, entre eles a Conaeti, Comissão Nacional de
710 Erradicação do Trabalho Infantil, e a Conatrae, Comissão Nacional de Erradicação do
711 Trabalho Escravo. Agradeceu mais uma vez a oportunidade de apresentar a Agenda
712 Nacional para o CNPS, que era constituído por pessoas que não apenas
713 representavam setores importantes da sociedade brasileira, mas conheciam o tema a
714 fundo. Externou a sua disposição de voltar a discutir o assunto no momento que os
715 Conselheiros julgassem oportuno. Informou que o texto completo da Agenda

716 Hemisférica e da Agenda Nacional do Trabalho Decente se encontrava na página
717 eletrônica da OIT e que providenciaria o seu envio à Secretaria do Conselho Nacional
718 de Previdência Social. O Sr. Presidente perguntou aos Conselheiros se poderiam
719 aprovar uma resolução do CNPS que teria como primeiro item o respaldo ao esforço
720 da OIT no sentido de construir o conceito de trabalho decente, como segundo item a
721 recomendação à Secretaria de Políticas de Previdência Social de elaboração de
722 políticas baseadas na Agenda Nacional e na Agenda Hemisférica do Trabalho
723 Decente e, como terceiro item, a necessidade de ratificação pelo Brasil da Convenção
724 nº 102 da OIT, que trata dos padrões mínimos para a seguridade social, em tramitação
725 no Congresso Nacional. O Conselheiro Benedito Brunca sugeriu que se acrescentasse
726 a necessidade de aprofundar esforços no sentido de qualificação do diálogo social,
727 instrumento considerado importante para fazer com que o rol de políticas públicas e os
728 desafios nessa área fossem efetivamente concretizados. O Sr. Presidente informou
729 que estavam abertas as inscrições para um curso de capacitação, promovido pelo
730 Centro de Formação da OIT, em Turim, que seria realizado em parte à distância e em
731 parte presencialmente, para o qual a Secretaria de Políticas de Previdência Social
732 inscrevera a Sr^a Junia Costa, como Coordenadora do CNPS, explicando que tal curso
733 se destinava a pessoas que desejassem participar de órgãos tripartites e
734 quadripartites em toda a América Latina, no qual a língua empregada seria o espanhol,
735 com custos que seriam arcados por cada Conselheiro ou pelas suas instituições, uma
736 vez que o Ministério da Previdência Social não dispunha de bolsas de estudos. A Sr^a
737 Laís Abramo informou que na semana passada realizou-se em São Paulo uma reunião
738 com as centrais sindicais e o DIEESE, por iniciativa dessas centrais, para discutir
739 sobre como elas poderiam participar da implementação da Agenda Nacional do
740 Trabalho Decente, quando se pensou em promover uma série de atividades. Uma das
741 ações que poderiam se realizar seria um curso de capacitação como aquele que
742 ocorreria em Turim, destinado aos participantes dos diversos conselhos citados na
743 Agenda Nacional, o que seria estudado pela OIT como proposta para o ano que vem,
744 a fim de possibilitar uma participação maior dos diversos atores do diálogo social no
745 Brasil. O Sr. Presidente propôs incluir a necessidade de qualificação dos Conselheiros
746 na resolução referente à OIT, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida,
747 agradeceu novamente a participação da Sr^a Laís Abramo, informando-lhe da
748 disposição do CNPS de continuar a interlocução com a OIT.

749
750

751 **VI – OUTROS ASSUNTOS**

752

753 O Conselheiro Benedito Brunca iniciou a apresentação das informações sobre o
754 represamento de benefícios com a exposição de um gráfico mostrando o número de
755 benefícios represados em todo o País, o volume de represados com mais de 45 dias,
756 portanto fora do prazo legal estabelecido pela Lei nº 8.213, a relação de benefícios
757 concedidos e indeferidos, a distribuição dos benefícios represados por região
758 operacional, o tempo médio de concessão de benefícios e o índice de demanda
759 atendida, explicando que, em relação aos benefícios represados, no período de agosto
760 houve uma inversão, quando se constatou a diminuição do número de represados em
761 relação à média de requeridos no ano de 2005. Porém, tal queda se deveu à greve
762 deflagrada nos meses de junho e julho do ano passado. Apesar do número de
763 represamento ter se elevado no início deste ano, o que guardava relação direta com a
764 perícia médica e os concursos realizados para essa área, havia uma expectativa de
765 redução no tempo de agenda devido à capacitação dos 1.251 médicos peritos que
766 seriam nomeados pelo INSS nos próximos doze dias. Em relação aos benefícios
767 concedidos e indeferidos, observou que haveria uma oscilação no período de greve e
768 em função da queda de requerimentos no mês de janeiro, mas eles vinham mantendo
769 a mesma proporção em termos de tomada de decisão. Na distribuição de benefícios
770 represados por região operacional, notou-se que a região que possuía maior número

771 de represados correspondia ao Estado de São Paulo, com o total de 231 mil. Na
772 Região 2, que abrangeria o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Espírito Santo, havia
773 menos de 100 mil; na Região 3, correspondente aos três Estados da Região Sul,
774 Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, haveria 83 mil; na Região 4, que
775 abrangeria todo o Nordeste, menos os Estados do Piauí e Maranhão, seriam 88 mil; e
776 na Região 5, que englobaria os Estados da Região Norte e Centro-Oeste e do Piauí e
777 Maranhão, haveria 76 mil benefícios represados. O tempo médio de concessão
778 chegou a quase 40 dias em agosto do ano passado, devido ao menor prazo em maio,
779 superior a 30 dias. Este ano teria começado com patamares abaixo de 30 dias, mas
780 desde o mês de março já se registrava o prazo de 35 dias para a concessão dos
781 benefícios. Tal elevação do prazo médio de concessão se justificaria devido ao
782 agravamento da possibilidade de realização de perícia médica. E se ressaltava outra
783 característica: a idade média do acervo de processos represados, que, em julho do
784 ano passado, chegara a quase 140 dias, agora registrava algo em torno de 100 dias,
785 revelando o desafio de se fazer com que a trajetória da idade média do acervo fosse
786 descendente, para se tornar compatível com o cumprimento da legislação. Quanto ao
787 índice de demanda atendida, que correspondia ao tratamento e às decisões
788 proferidas, verificava-se uma queda no mês de janeiro e outra no mês de março, a
789 qual teria ocorrido em função do represamento. Se ele aumentasse, haveria um
790 volume maior de processos represados, o que inibiria a demanda atendida para
791 patamares abaixo de 60%, criando um problema de fato. A expectativa do INSS seria
792 aproximar o índice de demanda atendida do percentual de 70%, o que corresponderia
793 ao patamar histórico que sempre se observou. O índice de indeferimento de benefícios
794 caiu nos meses de setembro e outubro, mas voltou aos mesmos patamares nos
795 meses de janeiro e fevereiro, com tendência de ascensão. Como as perícias vinham
796 sendo realizadas apenas por médicos do quadro do INSS e se observava, sobretudo
797 em relação aos benefícios da LOAS, uma pressão, o volume de requerimentos se
798 mostrava um pouco maior em função do incremento da demanda no início do ano,
799 mas não destoava do patamar de 30% a 35%, correspondente ao volume
800 historicamente observado. Quanto à relação entre benefícios requeridos e benefícios
801 represados, haveria mais represados do que requeridos em São Paulo, onde se
802 observava a média mensal de 151 mil requerimentos no mês de abril e o número de
803 231 mil represados. Tal problema seria agravado em função da perícia médica,
804 sobretudo na capital e na grande São Paulo, porém se esperava resolvê-lo ainda no
805 mês de junho, com a entrada, somente na cidade de São Paulo, de 116 médicos que
806 serão nomeados no dia 12. Segundo o Conselheiro, haveria quase 250 novos médicos
807 na grande São Paulo, o que colaboraria para a diminuição desse problema. Nas outras
808 regiões, o número de requerimentos seria maior do que o número de represamentos,
809 os quais praticamente se equivaleriam na Região 5, onde o benefício rural pressionava
810 aquele número. De modo geral, a pretensão do INSS seria de que o número de
811 requerimentos fosse maior do que o volume de represamentos, tendo em vista o
812 cumprimento da lei. Com relação aos benefícios requeridos há mais de 45 dias no mês
813 de março, os quais sofreriam correção nos seus valores de pagamento em função do
814 decurso de prazo, haveria 20 mil na Região 1, onde se verificavam os maiores
815 volumes de represamento; 10 mil na Região 2; 7 mil na Região 3; 11 mil na Região 4;
816 e 7 mil na Região 5. Em seguida, ao apresentar uma tabela com a relação entre
817 benefícios requeridos e benefícios represados, mostrou que na primeira, referente à
818 região de São Paulo leste, Santo André e São Paulo oeste, a relação seria de 3,4,
819 3,10 e 2,33 em termos de volume de represados em relação aos requeridos, onde se
820 encontrava a situação mais grave daquela região. Porém, a Gerência de Marília, em
821 São Paulo, deteria o melhor índice, com apenas 1.010 processos represados em
822 relação aos 3.145 que eram requeridos mensalmente. Na Região 2, a Gerência Rio de
823 Janeiro Sul apresentava o pior índice, equivalente a quase dois meses e dez dias de
824 represamento, enquanto na de Teófilo Otoni o índice seria de 0,20. Na Região 3, o
825 maior desafio encontrava-se em Porto Alegre, com índice correspondente a um mês e

826 dez dias de represamento no volume total, e o melhor índice se verificava em Passo
827 Fundo. Juazeiro, na Bahia, apresentava-se como o maior desafio da Região 4, mas
828 seria fruto do trabalho que o INSS estava realizando na região de Irecê, onde havia
829 muitos processos represados nos sindicatos, com a intenção de inserir os
830 requerimentos no sistema para tratá-los posteriormente. E o melhor índice da Região 4
831 se verificava em Campina Grande, com apenas 0,30 de represamento. Na Região 5,
832 Manaus representava o maior desafio, com quase dois meses e cinco dias de
833 represamento, sendo que o melhor índice se localizava em Boa Vista, com apenas
834 0,35. Em seguida, o Conselheiro apresentou uma tabela com as características de
835 benefícios rurais e urbanos, sendo que estes últimos corresponderiam a 492 mil dos
836 570 mil benefícios represados, enquanto na área rural o volume de represados
837 somava 89 mil. Na área urbana, o grande volume de represados se referia a
838 benefícios de aposentadoria, que totalizariam 139 mil, enquanto os requerimentos de
839 aposentadoria na área rural somariam 32 mil, e os benefícios por incapacidade
840 corresponderiam a 61 mil. Explicou o Conselheiro que no grupo denominado de
841 “Outros”, que somava 267 mil benefícios represados, incluíam-se os benefícios
842 requeridos no SAB, classificados em grande parte como benefícios por incapacidade.
843 Portanto, se se somassem os 61 mil benefícios por incapacidade classificados no
844 Prisma com os 267 mil benefícios requeridos no SAB, o total corresponderia aos
845 benefícios por incapacidade da área urbana, incluídos entre eles o auxílio-doença
846 previdenciário, o auxílio-doença por incapacidade e os benefícios previstos na LOAS,
847 referentes à pessoa portadora de deficiência, que também requeriam perícia médica.
848 Agregando a esse número os 25 mil processos de incapacidade da área rural,
849 chegava-se ao patamar de 360 mil benefícios de um conjunto total de 570 mil
850 benefícios por incapacidade que teriam uma perspectiva diferenciada de atendimento,
851 uma vez que 1.251 médicos peritos serão nomeados pelo INSS até o dia 12 de junho,
852 quando iniciarão a sua capacitação, sendo que a maioria deles se destinaria a
853 agências do interior do País onde não havia médicos. Analisando-se os números
854 globais, um dos maiores desafios em termos de gerências se apresentava na Região
855 5, principalmente nas Gerências de São Luís, Teresina, Belém e Manaus, que
856 apresentavam um volume considerável de benefícios represados. O INSS estava
857 tentando contratar pessoal para atender nessas gerências, mas, lamentavelmente,
858 quando os selecionados em concursos eram chamados para trabalhar no interior do
859 Pará ou do Amazonas, eles se recusavam a assumir os cargos. Tal desafio se
860 mostrava muito grave, porque não bastava criar vagas e destiná-las para aquelas
861 localidades, a fim de preenchê-las mediante concurso público. O INSS vinha
862 trabalhando com um concurso realizado há dois anos por Estado, mas verificava que
863 esse não era um bom conceito para destinar novos servidores para a interiorização,
864 pois as pessoas que realizavam as provas de concurso concorriam com todo o Estado
865 para assumir um posto que poderia se situar a muitos quilômetros distante da capital.
866 A nova estratégia do INSS seria a realização de concursos por município para diferir o
867 público a ser atingido e alcançar maior efetividade na sua alocação. Segundo o
868 Conselheiro, a sua expectativa era de que em 60 dias se eliminassem aquelas
869 agendas de represamentos, que baixariam para índices de espera em torno de quinze
870 a dez dias. Em 90 dias, elas deveriam alcançar o prazo preconizado pela lei, de cinco
871 dias em média para a realização de perícia médica, devido à entrada de reforço
872 substancial de servidores para realizar o trabalho com mais qualidade. Informou que
873 no dia 16 de junho será inaugurado o *call center* de Recife, que, segundo o
874 Conselheiro, vai representar o rompimento total das dificuldades para efeito de
875 requerimento e agendamento de benefícios, por meio do agendamento eletrônico.
876 Foram contratadas 1.200 pessoas para atender durante doze horas por dia, visando o
877 processo de combate às filas que se formam para requerer benefícios, o que seria
878 uma das principais metas da administração. O Sr. Presidente agradeceu ao
879 Conselheiro Benedito Brunca a sua apresentação e concedeu a palavra à Conselheira
880 Josepha Theotônia, que perguntou a que se referia o termo “Outros”, apresentado nas

881 tabelas. O Conselheiro Benedito Brunca explicou que havia muitas espécies de
882 benefícios e que resolvera agrupá-las, porque enquanto o benefício por incapacidade
883 não era concluído no sistema de administração de benefícios não havia como
884 classificá-los em urbanos ou rurais, o que seria definido apenas quando houvesse a
885 perícia médica. Uma vez concedidos, o sistema passava a tratá-los por espécie, então
886 o próprio Ministério fornecia o mapa das concessões por grupos de benefícios. A
887 Conselheira Josepha Theotônia considerou ótima a inauguração do sistema de *call*
888 *center* em Recife, e alertou que, ao mesmo tempo, havia uma preocupação, porque
889 aumentaria o número de requerimentos. Se não aumentasse também a capacidade de
890 atendimento, o represamento atingiria um volume maior. O Conselheiro Benedito
891 Brunca ponderou que aumentara a demanda de benefícios por incapacidade e que se
892 o INSS não nomeasse os 1.251 médicos peritos no dia 12 de junho haveria um
893 agravamento muito sério daquela situação. Entretanto, com a vinda desses
894 profissionais e a sua capacitação, que já se encontrava organizada e estruturada,
895 havia a expectativa de, no prazo de 90 dias, normalizar a situação. E a notícia melhor
896 era a de que o serviço público se estruturara para enfrentar aquela demanda com
897 pessoal qualificado, e não com credenciados que, por mais que tenham colaborado
898 durante décadas, não demonstraram o mesmo nível de comprometimento para com a
899 instituição que se esperava de um servidor público do seu quadro. A Conselheira
900 Josepha Theotônia expressou a sua preocupação com a possibilidade de deflagração
901 de novas greves, que o Conselheiro Benedito Brunca rebateu, esclarecendo que
902 estava prevista uma paralisação dos servidores por três dias e que o Ministro da
903 Previdência Social estaria conduzindo uma negociação para possibilitar o retorno à
904 normalidade. A Conselheira Josepha Theotônia entregou ao Sr. Presidente uma carta
905 da Cobap. O Conselheiro Evandro Morello agradeceu a apresentação feita pelo
906 Conselheiro Benedito Brunca, porque ajudaria a Contag a formar uma visão do
907 panorama nacional e solicitou que tais informações constassem do boletim estatístico
908 produzido mensalmente. O Conselheiro Benedito Brunca concordou em agregar
909 aquelas informações, bastando apenas decidir se elas seriam condensadas em um
910 único documento ou complementadas a cada reunião. O Sr. Presidente sugeriu que
911 tais informações fossem disponibilizadas na Internet. O Conselheiro Benedito Brunca
912 acrescentou que seria possível entregá-las mensalmente para os Conselheiros, tanto
913 em documento impresso como em meio magnético. A Conselheira Lúcia Regina
914 solicitou que constasse da pauta da próxima reunião do CNPS a discussão sobre o
915 orçamento da Previdência Social, uma vez que a LDO já se encontrava no Congresso
916 Nacional. O Sr. Presidente concordou com a sugestão da Conselheira, mencionando a
917 necessidade de convidar o Sr. Walter Emura, SPOA da Previdência Social, para falar
918 a respeito da questão orçamentária.

919

920 **VII – ENCERRAMENTO**

921 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
922 lembrando que a próxima reunião do CNPS se realizaria na última quarta-feira do mês
923 de junho, e declarou encerrada a 121ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
924 Previdência Social. Para constar, eu, Júnia Costa, lavrei a presente Ata. Brasília, 31
925 de maio de 2006.